

Mito da Democracia Racial^[1]^[2]

Querido(a) professor(a), você já ouviu falar sobre o Mito da Democracia Racial? Já pensou no Brasil como um país que mantém o racismo de forma velada? Para trazermos essas questões, é importante fazer um breve passeio pela história do Brasil. Vamos nessa?

A Constituição brasileira de 1824 já afirmava^[3] a igualdade^[4] de todos os brasileiros. Ainda que a decisão estivesse na Carta Magna, a escravidão foi mantida com bases legais, teoricamente, até o final do século XIX, sob o nome de “direito de propriedade”. Sabemos que, na prática, a opressão do negro continua até hoje. Porém, era regra de etiqueta silenciar sobre a cor das pessoas em situações formais de “igualdade”. Assim, o Mito da Democracia Racial e a ideologia do embranquecimento eram anseios sociais historicamente instituídos para apagar a herança africana. Ainda nesse sentido, as representações sociais construídas sobre os negros estão sempre apontando para um local de inferioridade ratificado pelas elites. A nação brasileira, que deveria comportar a todos os cidadãos, teve como meta para o século XX, branqueamento progressivo dos negros, mulatos, mamelucos, criando políticas para a “diluição” da raça negra e, para tanto, promovendo a imigração.

Com a proibição do tráfico de escravos, na segunda metade do século XIX, o governo brasileiro começa a pensar em um projeto de embranquecimento da população, isso significava uma espécie de diluição da raça negra através do incentivo à imigração de europeus e o casamento interracial. Ao passo que Lei Áurea representou a libertação formal do escravo no Brasil, porém, não garantiu a incorporação do negro como cidadão, pois a mentalidade da população não foi mudada, o negro continuava a ser visto de modo objetificado e com estigmas negativos. O escravo, agora liberto, mas sem espaço para trabalhar como homem livre, viu-se sem perspectivas, abandonados à própria sorte, passou a morar nas ruas, a pedir esmolas, fazendo parte da camada marginalizada da sociedade.

No início do século XX, a ideia de Democracia Racial foi se construindo e se consolidando no imaginário brasileiro, através da ideia de que o racismo havia acabado, junto a isso surge o entendimento de que a sociedade vivia um processo de uma ideia de igualdade e respeito entre as pessoas. Diante disso, criou-se um imaginário de que o Brasil era (e muitos acreditam que ainda é) um país sem qualquer tipo de barreiras impostas pela cor da pele. Sendo assim, todos os cidadãos tinham as mesmas oportunidades de ascensão social, de participação em todos os espaços sociais. Ao contrário de estabelecer condições de equidade, ao negar as disparidades raciais, mascarou-se o racismo e avolumara-se as desigualdades sociais. Para Munanga (2004), no Brasil, o mito de democracia racial não possibilitou

discussões nacionais sobre políticas de “ação afirmativa”, bem como o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro (MUNANGA, 2004, p. 11). A elite branca pensou o Mito da democracia racial a partir de casos esporádicos de ascensão social de mestiços, que, para tanto, negavam sua ancestralidade africana.

Sem dúvida, a escravidão foi cruel e deixou marcas na sociedade brasileira. Ainda hoje, os negros fazem parte da camada mais pobres da população; continuam marginalizados, sofrem com o racismo na terra da “democracia racial”, lutam contra as dificuldades de inclusão em espaços como a Universidade, estão nas estatísticas de menor renda, de escolaridade, de violência. A escravidão, portanto, fornece uma chave importante para a compreensão dos problemas sociais, econômicos, demográficos e culturais ainda existentes na atualidade, principalmente, nos espaços produtores de saber, como as escolas, que reforçam o valor atribuído à branquitude e ao discurso dominante, excluindo estudantes negros(as) ou fazendo com que eles/as se utilizem do “racismo cordial” para escapar do estigma negativo relegado ao negro pela sociedade.

Referência: [5][6]

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. (Org) Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Ed. UFF: Niterói-RJ, 2004.

Colocando em prática:

1. Qual o objetivo da discussão do Mito da Democracia Racial com os/as estudantes?

A escola é um espaço social heterogêneo, pois lida com diversidades de raças, culturas e condições sociais e atua na formação cidadã, ao passo que é um local de muitos preconceitos e que, por vezes, não consegue reconhecer ou lidar com situações de racismo, não oportunizando debates sobre a condição social do negro, ou, ainda, ratificando a ideia de democracia racial. Sendo assim, o objetivo dessa discussão é, de fato, uma desmitificação das relações raciais no Brasil, contribuindo, inclusive para refletir sobre a condição social a que o/a negro/a foi relegado/a, além de contribuir para minimizar contextos de racismo em ambiente escolar.

2. Flo trazer essa discussão para sala de aula, o que se espera para os/as estudantes?

A partir da discussão sobre o Mito da democracia racial e de todos os outros conteúdos que são pertinentes a esse contexto, é esperado que os/as estudantes reflitam sobre a depreciação, a negativização, a estereotipação do negro como um eficaz instrumento de

dominação e coerção de um povo. Ademais, é importantíssimo que os/as estudantes compreendam os recursos largamente utilizados para definição de fronteiras impermeáveis, subjugando pessoas a partir de características físicas, sociais e intelectuais, sob a égide de raça, que justificaram uma suposta inferioridade do negro em relação ao branco, fazendo com que a escravidão continue ratificando as relações de poder. Muitas foram as tentativas de apagamento da cultura africana, como a conversão dos escravos ao catolicismo, a proibição do culto aos orixás e, ainda hoje, uma grande intolerância religiosa e étnica. A escravidão, apesar de ter acontecido no século XVI, no Brasil, ainda influi diretamente na determinação de interesses, nas relações de poder. O/a negro/a escravizado/a da senzala, atualmente vive nas favelas e engrossam as estatísticas de fome, desemprego, violência. Espera-se que tanto professores quanto estudantes sejam vetores de transformação e de desconstrução de estereótipos reproduzidos secularmente pela sociedade e pela escola, que continua oprimindo, reforçando as relações de poder.

3. Como trabalhar esse tema com os/as estudantes?

Para além das discussões, é indicado que o/a professor(a) proponha atividades reflexivas, a exemplo de:

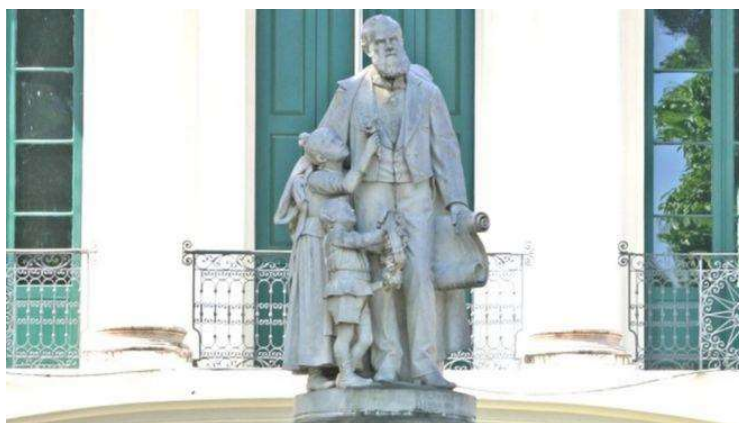
- Pensando as desigualdades:

Após mais de 130 anos da Abolição da Escravatura, em que instâncias sociais foi alcançada a igualdade entre negros e brancos: educação, emprego, moradia, acesso a bens culturais, renda.

- Refletindo sobre as marcas do mito da democracia racial em nossa cidade:

O mito da democracia racial se relaciona à invisibilidade de personagens, elementos e espaços históricos que fazem referência à memória coletiva da escravização massiva de populações africanas. É possível citar: 1 - A inexistência de referências a escravocratas e aos locais onde haviam mercados de pessoas ou pelourinhos.; 2 – As homenagens prestadas às figuras históricas envolvidas com o tráfico de pessoas, a exemplo de monumentos e do batismo de escolas, ruas e praças em seu nome.

Em Salvador/BA, o português e traficante de pessoas cativas Joaquim Pereira Marinho foi homenageado através de uma escultura no Largo de Nazaré (em frente ao Hospital Santa Izabel). Outro traficante do Sec. XVIII homenageado foi Teodósio Rodrigues de Farias, cujo corpo está enterrado na Igreja do Senhor do Bonfim (COSTA, 2020).



(Imagem ilustrativa da reportagem citada. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53013733>. Acesso em: 24 ago.2020).

Estátuas como esta existem em diferentes países e sua presença nas praças públicas é controversa. Em alguns locais, as esculturas foram transferidas para museus e substituídas a céu aberto por figuras históricas que protagonizaram movimentos em favor da emancipação política. Na Inglaterra, isto ocorreu com a estátua de Edward Colston, traficante de pessoas que pertencia a uma família escravocrata, que existia no porto de Bristol. Em Londres, a escultura em homenagem ao traficante de pessoas Robert Milligan foi removida. Outra ação política consiste em adicionar placas explicativas a estes monumentos, o que contribui para a reflexão sobre seu papel na história e na memória da cidade (COSTA, 2020).

Referência:

COSTA, Camila. Quem foi Joaquim Pereira Marinho, o traficante de escravos que virou estátua na capital mais negra do Brasil. Uol Notícias [online]. Publicada em 12 jun.2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/06/12/quem-foi-joaquim-pereira-marinho-traficante-de-escravos-que-virou-estatua-na-capital-mais-negra-do-brasil.htm>. Acesso em: 13 jun.2020.

4. Pensando vocábulos:

Professor(a), reflita com seus/suas estudantes o uso de nomenclaturas: moreno(a), moreno(a) claro(a), moreno(a) cabo verde, mulato(a), cor do pecado, café com leite, chocolate para se referir às cores de pele de pessoas negras, a partir de uma lógica colorista e de negação da cor e de toda uma ancestralidade.

5. Você sabia?

- Machado de Assis, um dos maiores escritores do Brasil, era negro. Entretanto, pela posição social ocupada por ele, sendo, inclusive, a cadeira número 1 da Academia Brasileira de Letras, a origem dele era silenciada socialmente para evitar qualquer tipo de constrangimento. Assim,

aos negros que galgavam posição social, atribuía-se a ideia de que era “negro com alma branca”.

- O Mito da democracia racial ficou bastante conhecido pela obra *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, a qual buscava consolidar uma imagem do Brasil, colocando dois fatos históricos como primordiais para o estabelecimento de uma nação igualitária entre brancos e negros: a Abolição da escravidão e a Proclamação da República.

6. Sugestões de leituras:

BERNARDINO, Joaze. “Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil”. *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Democracia Racial*. In Oliveira, Iolanda de. *Cadernos Penesb 4*. Niterói, EdUFF, 2002

JACOB, Luciana. *Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil*. In TEODORO, Mário (org.). *As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos após a Abolição*. Brasília, IPEA, 2008

MAGGIE, Yvonne. *Uma nova pedagogia racial?* Revista USP. São Paulo, n.68, dez/fev, 2006.

MUNANGA, Kabengele. (Org.). *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: MEC- SECAD, 2005.

MUNANGA, Kabengele. *Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas*. Sociedade e cultura, v. 4, n. 2, 2001.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In: BRANDÃO, A. (Org) *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Ed. UFF: Niterói-RJ, 2004.

REIS, Fábio Wanderley. *Mito e valor da democracia racial*, in SOUZA, Jessé (org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Ed. Paralelo 15, pp. 221-232, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

7. Sugestão de vídeo[7]

Canal Preto. Entenda o mito da democracia racial. 16 abr. 2019. Duração: 8’35”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d775DrTsgqM> . Acesso em: 24 ago.2020

8. Tá na rede

@canal.preto: <https://www.youtube.com/channel/UCklJw4VffxmmEgH3lvLyJQ>

@revistaafirmativa: <https://www.instagram.com/p/CBlbq6Mlg6V/?igshid=1lb2mb2xfkp6k>